

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Já por diversas vezes o PCP questionou o Governo sobre a ilegal reestruturação que está a tentar impor nas empresas Metropolitano de Lisboa, Carris, Transtejo e Soflusa.

Confirmando os piores cenários, chegou-nos agora a informação que, em frontal violação do Código de Trabalho (nomeadamente das alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 127º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 129.º), estão dezenas de trabalhadores sem quaisquer funções atribuídas, tendo as suas secções sido deslocadas para outras empresas, e com ordens para estarem o dia inteiro sentados a uma secretária sem nada que fazer.

Esta situação, de claro assédio moral a estes trabalhadores, pretende claramente coagi-los a aceitarem as rescisões «voluntárias» que o Governo lhes quer impor, com o inconfessável objetivo de colocar o Estado e a Segurança Social a criar o espaço por onde os concessionários privados poderão amanhã contratar trabalhadores por menos salário, com menos direitos e com relações mais precarizadas.

As empresas públicas de transporte não têm trabalhadores a mais: têm trabalhadores a menos. Essa falta de trabalhadores reflete-se negativamente na qualidade e fiabilidade da oferta de transporte. E Portugal precisa de criar empregos de qualidade e com salários dignos e de parar de multiplicar o trabalho precário e os baixos salários.

**Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo,**

**• Através do Ministério da Economia:**

Deu o Governo instruções para este comportamento ilegal e amoral do CA da Carris, do Metropolitano de Lisboa, da Transtejo e da Soflusa?

**• Através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social:**

Que intervenção teve já a ACT no sentido de impedir tão grosseira violação da lei?

Por que razão a ACT não apareceu ainda nos locais de trabalho que o Sindicato lhe referenciou e porque não contactou ainda um único dos trabalhadores que estão a ser vítimas deste assédio moral?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 2 de Julho de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)